

## ARGUMENTAÇÃO RETÓRICA NA LITERATURA EPISTOLAR DA ANTIGUIDADE

Manuel Alexandre Júnior<sup>i</sup>

**Resumo:** Mais familiar e espontânea que a oratória, a epistolografia tendeu na antiguidade a seguir as mesmas regras. A cultura geral de base era retórica no mundo greco-romano, e a carta limitou-se a tirar proveito dela tanto na estruturação lógica dos conteúdos como na sua elaboração final. A lógica de argumentação que modelou o processo de escrita epistolar no período helenístico tendeu, pois, a ser a mesma sob a influência soberana do código retórico. As epístolas aqui analisadas o provam. Na forma como no conteúdo, no género como na espécie, o recurso às convenções retóricas é uma constante. No discurso epistolar de Isócrates a Níocles, na carta de consolação de Séneca a Lucílio (7.63), e na epístola paulina de exortação aos Gálatas a evidência é a mesma. Textura argumentativa e raciocínio lógico operam juntos como um todo, incorporando estratégias de argumentação e persuasão. Os três dão testemunho, cada um a seu modo, da clara influência da retórica sobre a literatura epistolar.

**Palavras-chave:** Retórica. Epistolografia. Retórica Epistolar. Crítica Retórica.

**Abstract:** More familiar and spontaneous than oratory, letter writing tended to freely follow the same rules in Ancient times. General education was basically rhetorical in the Greco-Roman world, and letter composition took advantage of such resources for the argumentative articulation of contents as well as for its final elaboration. The logic of argumentation that modeled the process of letter writing tended, then, to be the same in the Hellenistic period, under the influence of the rhetorical code, as the epistles analyzed here show. In the epistolary discourse of Isocrates to Nicocles, in the Seneca's letter of consolation to Lucilius (7.63), and in the Pauline epistle of exhortation to the Galatians, the evidence is the same. Argumentative texture and pattern, logical and qualitative reasoning work together as a whole, incorporating strategies of argumentation and persuasion. The three testify, each one in its own way, the clear influence of rhetoric on the epistolary literature.

**Keywords:** Rhetoric. Epistolary literature. Epistolary Rhetoric. Rhetorical Criticism.

---

<sup>i</sup> Professor catedrático jubilado da Universidade de Lisboa, investigador integrado do Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. E-mail: malex@fl.ul.pt.

## Introdução

Epistolografia e oratória foram veículos fundamentais de comunicação na antiguidade clássica e helenística. Destinados a servir fins distintos, estes dois géneros literários tinham muito de comum entre si tanto na forma como nos conteúdos, na medida em que a cultura retórica a ambos prestava os serviços mais nobres da arte que representava.

O termo *epistolē* (*epístola* ou *carta*) referia-se originalmente a uma mensagem oral enviada por um arauto ou mensageiro. Mas acabou por se aplicar sobretudo aos documentos escritos enviados por alguma entidade ou instituição a um destinatário específico. O verbo *epistellein* significava simplesmente ‘transmitir ou enviar uma mensagem’, dar ou receber ordens por escrito. Como demonstrou Agostinho, carta era qualquer peça de escrita contendo uma saudação, o nome do emissor e receptor independentemente de ser ou não enviada<sup>1</sup>.

Com o tempo, as cartas vieram a revelar-se instrumentos privilegiados de comunicação mais ou menos literária. Escritas em tabuinhas, papiro ou pergaminho, elas circulavam por toda a parte. Desde 539 a. C. que os persas tinham um sistema postal de larga abrangência, a cobrir praticamente todo o seu império. Correios a cavalo chegavam a percorrer distâncias de mais de dois mil quilómetros em menos de duas semanas na expedição das mesmas.

Na época helenística, era ainda mais corrente a literatura epistolar, tanto oficial como privada. Os romanos usavam escravos de confiança, pessoas contratadas para o efeito ou amigos em viagem como correios<sup>2</sup>. Com a pacificação do império, Augusto desenvolveu um sistema de correios cujo serviço se prestava por jovens na idade militar<sup>3</sup>. Para o tornar mais funcional e eficaz, o imperador construiu uma rede de estalagens por terra e de barcos por mar devidamente protegidos, para fazer que o correio chegasse ao seu destino com a maior celeridade e segurança possível<sup>4</sup>. Era tão corrente a circulação epistolar no século I a. C. que, só de Cícero, há notícia de mais de oitocentas cartas.

---

<sup>1</sup> Agostinho, *Retractationes* 2.20, 550-551.

<sup>2</sup> Os portadores de correio chamavam-se *tabellarii* ou *nuntii*.

<sup>3</sup> Tal sistema tinha então o nome de *cursus publicus*.

<sup>4</sup> Um mensageiro percorria então a média de oitenta quilómetros por dia, chegando a atingir os duzentos e quarenta em circunstâncias especiais.

É surpreendente o volume de cartas recuperadas do mundo greco-romano. São dezenas de milhares: umas literárias, outras documentais, outras de simples comunicação pessoal e privada; cartas relativas a todas as áreas da vida política, económica, social e doméstica. A comunicação epistolar assumiu tais proporções no império, que a formação de quadros se tornou premente para a sua produção e distribuição.

Foi sobretudo na época helenística que se fez sentir mais a necessidade de uma teoria da escrita epistolar; elementar e simples no princípio, para satisfazer os requisitos de uma elaboração minimamente estruturada, mas acusando com o tempo uma dependência clara das convenções da retórica. Tendeu, porém, sempre a distinguir-se por características de estilo como a simplicidade, a clareza, a brevidade, e uma maior aproximação à linguagem coloquial e familiar (GÖRGEMMANS, 2004, p. 1138). É o que passamos a mostrar.

### **Epistolografia na Antiguidade**

Reis, filósofos, sacerdotes, funcionários públicos e o cidadão comum escreviam cartas de vários tipos, refletindo graus diversos de literacia e facilidade. Em muitos casos, as cartas eram escritas para nutrir relações de amizade, consolar, exortar, aconselhar, transmitir informação útil, fazer pedidos, justificar causas, dar instruções. A carta era então entendida como extensão da voz do emissor, escrita como diálogo entre partes interessadas, como um dos dois lados de uma discussão; como que a invocar a dinâmica estratégica do discurso oratório, onde refutação e confirmação eram evidentes.

Artémon, editor do acervo epistolar de Aristóteles, definiu a carta como “uma meia conversa” (HARDING, 1998, p. 85)<sup>5</sup>. E Deissmann (1978, p. 228) limitou-se a sublinhar que ela não se distinguiu de uma conversa privada por registar a “conversa pessoal e confidencial entre pessoas separadas pela distância”. Sentiu, porém, a necessidade de fazer distinção entre carta e epístola. Definiu esta como forma literária, escrita com os cuidados de estilo que melhor serviam a sensibilidade estética do público leitor. Declarou aquela mais espontânea, íntima e privada, nada mais que um substituto para a conversa direta e informal.

---

<sup>5</sup> Cf. Pseudo-Demétrio, *De Elocutione*, 4.223.

A epístola acabou assim por se aproximar do discurso público, sendo escrita com um auditório em vista e recorrendo ao cânon retórico para a sua elaboração. Numa palavra, a sua relação com a carta aproxima-se da que existe entre o diálogo platónico e uma conversa entre amigos. Esta distinção clássica entre cartas e epístolas não faz, porém, muito sentido para a maior parte dos estudiosos (THRAEDE, 1970, p. 1-4; STOWERS, 1986, p. 17-20; DOTTY, 1969, p. 17-20; WHITE, 1983, p. 434-435).

Foi o reconhecimento da existência de cartas ou epístolas literárias e não literárias que induziu muitos estudiosos a avançar com uma classificação mais útil, mais baseada na função do que no estilo. Doty (1978, p. 24-26), por exemplo, sugeriu cinco tipos de cartas na tradição epistolar grega: cartas de negócios, oficiais, públicas, de ficção, e de discurso ou ensaio. Define ele a carta como “um produto literário em forma epistolar, endereçado a um leitor público ou privado”. White (1988, p. 95) avançou com uma lista mais ampla de categorias epistolares, dividindo-as em: cartas administrativas, diplomáticas e familiares, de contrição, amizade, consolação, recomendação, convite e petição, e cartas literárias. Stowers (1986, p. 17-20) reduziu a sua classificação a seis tipos: cartas familiares, de louvor ou censura, de amizade, exortação, meditação e apologia.

Em síntese, as cartas produzidas na época greco-romana tenderam a reflectir as seguintes características comuns: (1) *Filofronese* – a expressão de uma relação amigável entre emissor e receptor; (2) *Parousia* – o seu autor dirige-se ao receptor como se ele estivesse fisicamente presente; e (3) *Homilia* – o autor continua o diálogo encetado quando se reencontrar como o receptor (KOSKENNIEMI, 1956, p. 35-47).

Não é, pois, de surpreender que alguns géneros epistolares se assemelhem às três espécies da retórica. Segundo Demétrio de Faleros, a carta deve escrever-se da mesma maneira que um diálogo ou conversa, mas de forma estudada e elaborada; mais atenta ao efeito retórico no que respeita à argumentação desenvolvida e ao estilo, mas privilegiando a clareza de expressão e a naturalidade<sup>6</sup>.

Segundo Libânio, o código retórico marcou presença não só na definição dos vários tipos de carta, mas também na sua adaptação às mais diversas situações da vida. O seu principal interesse recaiu por isso na carta parenética,

---

<sup>6</sup> Pseudo-Demétrio, *De elocutione*, 225-232. Aristóteles, observa ele, usou argumentos (ἀποδείξεις) ao escrever cartas, mas fê-lo de forma apropriada e em tom familiar (*Ibidem*, 234).

que tinha clara afinidade com a retórica deliberativa e epidíctica, onde o orador exortava ou recomendava determinados valores ou ações<sup>7</sup>. Cada uma destas tipologias servia causas diferentes e adequava-se a situações diversas, requerendo formas de argumentação e estilos diferenciados, conforme o ditavam as necessidades e os recursos dos epistológrafos.

### Argumentação Retórica na Literatura Epistolar

Pela sua flexibilidade e função, o género epistolar foi sempre permeável à influência da retórica e adoptou facilmente a estrutura do discurso argumentativo, com o simples acréscimo dos naturais *praescriptum* e *postscriptum*<sup>8</sup>. Embora os teorizadores de retórica e epistolografia pouco escrevam sobre a estrutura de cartas segundo o modelo retórico (REED, 1997, p. 182), Gregório de Nazianzo explicitamente diz que “a melhor e a mais bela carta é a escrita para persuadir tanto a pessoa culta como a inculta”, e a que a ambos é de imediato inteligível<sup>9</sup>.

A epistolografia antiga revela, de facto, o uso consistente das convenções retóricas. Confirmam-no Cícero e Quintiliano ao subtilmente denunciarem traços de contaminação retórica nas cartas de Demóstenes e se deixarem porventura influenciar pelo seu estilo epistolar<sup>10</sup>. Confirma-o também Séneca, ao dizer que as cartas se devem escrever num estilo claro e o mais adequado à situação e nelas reconhecer a legitimidade do recurso à argumentação retórica<sup>11</sup>; ao mostrá-lo também nas suas *Cartas a Lucílio*.

O uso que Demóstenes fez da carta é verdadeiramente assinalável; sobretudo quando em exílio se defendeu junto do conselho e assembleia de Atenas. Em tom forense e epidíctico de apologia, Demóstenes construiu a sua

---

<sup>7</sup> Pseudo-Libânio, *Epistolary Styles*, §5.

<sup>8</sup> Independentemente de terem ou não a rigor a estrutura do discurso oratório, quase todas as cartas se dividem na antiguidade em três partes: abertura epistolar, desenvolvimento mais ou menos retórico e encerramento epistolar. Como observa G. Kennedy “The structure of a Greco-Roman letter resembles a speech, framed by a salutation and complimentary closure” (KENNEDY, 1984, p. 141).

<sup>9</sup> Ep. 51.4.

<sup>10</sup> Cícero, *Brutus* 121, e *Orator* 15; Quintiliano, *Institutio oratoria* 10.1.107; Plutarco, *Vidas* 20.

<sup>11</sup> Ep. 75.2-3: “pois é assim mesmo que eu pretendo que sejam as minhas cartas, que nada tenham de artificial, nem de fingido!... Mesmo que eu tivesse discutido contigo não me iria pôr na ponta dos pés, nem fazer grandes gestos, nem elevar a voz: tudo isso seriam artifícios de oradores, enquanto a mim me bastaria comunicar-te o meu pensamento, num estilo nem grandiloquente nem vulgar. De uma coisa apenas eu te quereria convencer: de que sentia tudo quanto dissesse, e não apenas o que sentia, mas que o sentia com amor!”.

defesa junto dos destinatários, confirmando e reafirmando retoricamente a justiça da causa que antes pessoalmente apresentara em tribunal<sup>12</sup>. Conforme o testemunha Goldstein, o corpo central da sua *Epistula* 2 apresenta-se dividido nas quatro partes canónicas do discurso oratório: (1) No *proémio*, apelando à benevolência dos ouvintes no tom indignado de quem se sente injustiçado (2.1-2); (2) na *proposição*, defendendo a revisão da pena e absolvição do castigo (2.3); (3) Na *confirmação*, retratando as virtudes da sua carreira política, com base nos principais tópicos retóricos chamados *telikà kefálaia*: a sua *proposição* é justa, legítima, vantajosa, honrosa, agradável e fácil de cumprir, também possível e necessária (2.4-20); (4) no *epílogo*, emotivamente amplificando o apelo à sua absolvição (2.21-26) - (GOLDSTEIN, 1968, p. 31-34). “Outro exemplo de ‘carta retórica’ é a primeira epístola de Dionísio de Halicarnasso a Ameu – um consistente e bem desenvolvido argumento a mostrar que Demóstenes não aprendeu de Aristóteles as convenções da retórica” (REED, 1997, p. 187-188).

Os discursos de consolação encontraram na carta a forma retórica e literária que mais se prestou a veicular os seus conteúdos<sup>13</sup>; nomeadamente a lamentação pelo infortúnio que se abateu sobre o destinatário, ou o alento dado para lhe suavizar a dor e o ajudar a suportá-la. Num ambiente propício a conselhos, exortações e admoestações de carácter filosófico, a *consolatio* integra assim categorias de estilo epistolar como a retórica protréptica e parénética<sup>14</sup> para persuadir o leitor quer a permanecer no estilo de vida aceite,

---

<sup>12</sup> Cf. *Ep.* 1.2-4; 3.1-35; também a *Ep.* 2. Conforme registo de Jeffrey T. Reed (1997, 187).

<sup>13</sup> Circulavam na antiguidade muitos manuais práticos com descrições de cartas adequadas a uma variedade de ocasiões e necessidades, entre elas, os *Typoi epistolikoi* de Pseudo-Demétrio (II/I séculos a. C.) com a descrição de vinte e uma categorias de cartas, e os *Epistolimaioi characteres* de Pseudo-Libânio (314-393 a. D.), com a descrição de quarenta e um tipos acompanhados da respectiva exemplificação, entre eles o da consolação.

<sup>14</sup> No mundo greco-romano havia uma tradição segundo a qual o escritor apelava ao receptor a continuar cultivando um certo estilo de vida pela recomendação da moral convencional e da sabedoria tradicional. Recomendação esta reforçada por exemplos positivos e negativos, ao mesmo tempo que pela lembrança dos princípios e valores éticos que o receptor já conhece. A par com esta tradição, desenvolveu-se um outro modelo literário de exortação, de menor impacto, que requeria do receptor a mudança da sua atual orientação de vida e a sua dedicação à filosofia ou à virtude. Estes dois modos de exortação eram identificados com a parénesis na tradição greco-romana (MALHERBE, 1986, p. 121). Rudolph Vetschera adoptou, entretanto, a seguinte diferenciação. Reservou o termo ‘paraenesis’ para aquele modo de mensagem em que o receptor é exortado a *manter* a sua adesão a modos de conduta tradicionais ou geralmente aceites, e o nome de ‘protrepis’ para aquele modelo de mensagem que assume a forma de apelo à *mudança* do estilo de vida de uma pessoa – apelo que normalmente aponta para a devoção ao estudo da filosofia como objectivo último e caminho mais seguro para a virtude (VETSCHERA, 1912, p. 3-5). Ambos os modelos visam inculcar virtude. Quando o escritor exorta o destinatário a uma nova e radical mudança de vida, temos ‘exortação protréptica’. Quando a exortação visa a manutenção do estilo de vida seguido ou aceite, temos ‘parénesis’ (HARDING, 1998, p. 107-109).

quer a adoptar normas diferentes de conduta. A estrutura persuasiva destas cartas reflecte em geral a influência dos cânones retóricos vigentes<sup>15</sup>, mas representa na sua *flexibilidade de estilo* mais uma síntese do essencial das várias tradições do que a vinculação a alguma delas em particular (REED, 1997, p. 188-189). As *Epistulae* 63 e 99 de Séneca a Lucílio são disso um bom exemplo.

A maioria das cartas em que a presença retórica é mais evidente divide-se em três partes: abertura, desenvolvimento oratório e conclusão. A abertura podia incluir, entre outras coisas, uma saudação, a expressão de um desejo de saúde ou uma fórmula de agradecimento. O corpo da carta era aberto aos conteúdos temáticos que a situação impunha, mas incluía por norma elementos de carácter narrativo e argumentativo. E a conclusão, embora não obrigatória, continha por vezes fórmulas de despedida que claramente denunciavam o seu final. Juntas, as três componentes que intervinham na elaboração da epístola apresentavam semelhanças claras com a estrutura do discurso oratório em quatro partes, nomeadamente a central: proémio, narração, argumentação e epílogo. Mas era talvez na área do estilo que a influência retórica se tornava mais visível na epístola.

### Exemplos de Retórica Epistolar

Betz (1979, 1974-75, p. 353-379) e Kennedy (1984, p. 97-156) não hesitam em sustentar que a estrutura de uma carta greco-romana do período helenístico, nomeadamente a literária, é em tudo semelhante à de um discurso oratório na sua parte central, envolta esta em palavras de saudação na abertura e de despedida no encerramento. Veremos a seguir como carta e discurso interagem e por vezes se confundem. O discurso de Isócrates a Níocles é um tratado de função claramente epistolar. A carta de consolação a Lucílio é uma amostra simples de como Séneca soberanamente se serve do código retórico na escrita das suas cartas. A epístola de Paulo aos Gálatas testemunha de igual modo o recurso ao método na comunicação dos princípios e valores do Cristianismo nascente pela via epistolar.

---

<sup>15</sup> É considerável o uso de cartas na linha do discurso deliberativo nos primeiros séculos da era cristã. Vide Hansen (1989, p. 34-43).

## 1 Isócrates: Discurso a Níocles

O discurso de Isócrates a Níocles é considerado um dos mais pedagógicos. Nele, o grande educador de Atenas disserta sobre os deveres de governantes e governados, exaltando em clímax a figura do governante ideal<sup>16</sup>. Entendida como documento ético de conselhos ao novo rei, esta peça de literatura epistolar foi um dos muitos presentes que o soberano de Salamina em Chipre recebeu, e porventura o que mais útil lhe foi como modelo de conduta a seguir na governação do seu povo.

No fundo, trata-se de uma categoria híbrida de discurso, em que o tom de natureza epistolar se confunde com o da argumentação deliberativa e epidíctica do discurso oratório<sup>17</sup>. Enquanto discurso, esta dissertação ética apresenta-se dividida em quatro partes: proémio (1-6a); proposição (6b-8); argumentação (9-53); e epílogo (54). Enquanto carta, nota-se o tom pessoal da conversa entre o mestre e o discípulo, numa mensagem de conselho parenético em que ressaltam os tópicos do benéfico, do útil, do conveniente e do necessário.

O tema epistolar deste discurso será, porventura, “o melhor presente”, o mais valioso e invulgar de todos os que por norma se costumam oferecer. Pois, no princípio como no fim, Isócrates o refere e incisivamente distingue de todos os demais, realçado aliás pelo recurso a uma antítese em forma concêntrica de composição, a *inclusio*<sup>18</sup>.

No proémio [1-6a], Isócrates estabelece o duplo contraste entre o que se dá com segundas intenções e o que se dá por generosidade, entre as dádivas que se fazem por interesse e as que sem nada esperar em troca contribuem para a grandeza de carácter de quem as recebe. Nisto se distingue o presente de Isócrates. É um catálogo de bons conselhos que visa a formação do rei nos caminhos da excelência para governar a nação no interesse exclusivo do seu povo.

---

<sup>16</sup> Níocles, filho do rei de Chipre, sucedeu ao seu pai Evágoras no trono, após a sua morte em 374 a. C.

<sup>17</sup> Classificado, por norma, como discurso e não como carta, este documento não deixa de ser uma dissertação ética no tom formal da epístola que o mestre de Atenas dirigiu ao seu aluno, embora com as formalidades de quem agora está na presença do novo rei.

<sup>18</sup> Um presente diferente dos demais, na medida em que ganha mais valor com o uso e jamais se desgasta, aquele que decorre de uma formação exemplar, do culto da verdadeira sabedoria pelo exercício das virtudes mais excelentes (*Nic.* 2. 54).

Na proposição [6b-8], o educador de Atenas dispõe-se a recomendar ao rei as virtudes que deverá incarnar no exercício das suas funções e os cuidados a ter para as fazer vingar. O que Isócrates se propõe em tese é o seguinte: ser mais que mero instrutor, para não aproveitar apenas a quem recebe os seus conselhos; ser um educador de verdade na arte de aconselhar, para materializar a virtude na vida e na alma do próprio rei, a fim de ser útil não só a si, mas também ao povo que lhe obedece.

Na unidade central da prova [9-53], o mentor espiritual do rei dá corpo a esses valores pelo conselho e a exortação, desenvolvendo por vezes densas e elaboradas sequências lógicas de argumentação persuasiva. E é de forma variada que os argumentos se concretizam. À prova primária pelo silogismo retórico, sucede-se por vezes uma prova secundária pelo recurso à analogia e ao exemplo.

Ronda uma centena o número das formas verbais imperativas e afins, e passam da dezena os argumentos de raciocínio retórico. O último [40-53] forma uma unidade em que Isócrates justifica a natureza dos conselhos que dá, e em clímax exalta as virtudes reais e potenciais do soberano, despertando nele o exercício das faculdades mais nobres, tanto na arte de se reger a si mesmo como nas de bem servir e governar o seu povo, cultivando em si e despertando neles os valores de um saber mais excelente.

Trata-se de um silogismo retórico alargado do tipo do argumento mais completo e perfeito, segundo o autor da *Retórica a Herénio*<sup>19</sup>. Em síntese: (1) O rei não devia estranhar os conselhos dados; (2) pois recordá-los é pedagógico. (3) Não é em discursos desta natureza que se esperam novidades; pois, em tais discursos, não há lugar para o paradoxal, o ousado, o contrário às ideias estabelecidas, mas sim para o que é essencial e se apresenta da forma mais eloquente. (4) Eu, Isócrates, não ignorava que os discursos de aconselhar bem são de todos os mais úteis, mas os menos agradáveis de ouvir. (4.1) Todos louvam quem dá bons conselhos, mas poucos os buscam; como nos alimentos mais saudáveis e nas ocupações mais nobres. (4.2) Citam-se Hesíodo, Teógnis

---

<sup>19</sup> O “argumento mais completo e perfeito” (*Her.* 2:28-30) apresenta-se dividido em cinco partes, incluindo-se na quarta uma série de figuras ou tópicos de argumentação: 1. *Propositio* (proposição ou tese – o que se pretende provar); 2. *Ratio* (razão ou razões – breve explicação ou justificação); 3. *Confirmatio* (prova da razão – corrobora a razão por meio de argumentos adicionais); 4. *Exornatio* (ornamento oratório – adorna e enriquece o argumento primário, depois da prova estabelecida); e 5. *Complexio* (uma conclusão breve). As figuras básicas de argumentação na *exornatio* são: 4.1. *Simile* (uma analogia); 4.2. *Exemplum* (um exemplo); 4.3. *Amplificatio* (amplificação ou expansão do argumento); 4.4. *Iudicatio* (citação ou citações de autoridade).

e Focílides como os melhores exemplos na arte de aconselhar a vida humana, mas prevalece a conduta frívola. (4.3) Expande-se o tema pelo argumento dos prazeres contrários, com referência aos males que provoca a maioria aos mais sensatos com suas invejas, egoísmos e desejos efêmeros. (4.4) Como referências de autoridade, citam-se o gênio poético de Homero e dos primeiros inventores da tragédia na avaliação da natureza humana. (5) A conclusão deste argumento é também o princípio da do discurso no seu todo, restando-lhe apenas o encerramento epistolar: Saiba o rei prosseguir sendo um homem acima do vulgo e acima dele governar, avaliando a relevância das coisas e o valor das pessoas pelo seu carácter e utilidade ao bem comum, e não pelos prazeres que possam sugerir; pois, o conselheiro sábio é sempre o mais útil e o mais régio de todos os tesouros, e quem mais investe na cultura da inteligência real é quem mais contribui para a grandeza do seu reino.

No epílogo [54], faz-se de novo o contraste entre os bons conselhos de Isócrates, que são no fundo as boas dádivas com que honra Níocles e que representam a forma mais excelente de educação: aquela que, como diz e sustenta, conduz tanto no princípio como no fim a um estado de inteligência e sabedoria superiores, nutrindo a alma do rei com as virtudes que o habilitam não só a conhecer e compreender os primeiros grandes princípios, mas também a aplicar os mesmos a cada situação concreta da vida. Essa é, no fundo a função da verdadeira filosofia, de uma espécie de filosofia consumada a que dá o nome de sabedoria.

No seu todo, este discurso epistolar é um exemplo fiel da “filosofia do discurso” que inspirou e informou a tão celebrada *paideia* de Isócrates; toda ela impregnada de uma singular sabedoria prática e expressa no rigor retórico de quem domina na perfeição arte tão nobre de bem falar e persuasivamente argumentar.

## 2 Sêneca: Carta de Consolação a Lucílio (Ep. 63)

Um dos trabalhos filosóficos mais bem escritos de Sêneca foi o das cartas dirigidas ao seu discípulo e amigo Lucílio. Trata-se de cento e vinte e quatro ensaios morais sobre os mais diversos temas, entre os quais discretamente se conta o da consolação; um tema presente em todos os géneros da literatura antiga que cartas, diálogos, ensaios, poesia lírica, épica e elegíaca veicularam (STOWERS, 1986, p. 91-94).

A presente epístola, embora relativamente breve, como aliás se recomenda<sup>20</sup>, é uma amostra clara da forma como o pensador estoico se socorre dos recursos de toda uma tradição retórica e epistolar para nos presentear com uma estrutura de argumentação que ao mesmo tempo consola, admoesta e exorta o seu amigo. Situada na tradição da consolação filosófica, ela não deixa de reflectir uma forte influência da retórica na sua configuração estrutural e estilística.

Esta carta de Séneca apresenta-se dividida em três partes, como convém ao discurso deliberativo: proémio, argumentação e epílogo. Identificado com a dor de Lucílio, Séneca lamenta profundamente a morte de Flaco, mas aconselha o amigo a gerir estoicamente a situação e evitar o excesso. Transformando introdutoriamente o fenómeno concreto da morte de um amigo na tese de um princípio universal, Séneca demonstra esta a seguir em quatro argumentos, avançando progressivamente as razões que justificam a equidade do princípio enunciado, para cabalmente provar que a morte de um amigo *lacrimandum est, non plorandum* (63.1).

Muito ao gosto dos antigos, o proémio apresenta-se estruturado na forma de um quiasmo. Avançando do particular para o geral, os mesmos temas repetem-se na segunda metade em ordem inversa, aplicando no plano filosófico do *logos* o que se verifica no plano retórico do *êthos* e do *pathos*.

A – Lamento profundamente o falecimento do teu amigo Flaco,

B – No entanto entendo que a tua dor não deve ultrapassar os limites do razoável.

C – Não ousaria exigir de ti que não sentisses o mínimo abalo perante o facto, embora isso fosse o ideal.

D – Uma tal firmeza de ânimo apenas está ao alcance de quem já se alçou muito acima das contingências da fortuna.

D' – E mesmo um homem assim não deixaria de sentir na alma uma beliscadura, se bem que somente uma beliscadura!

C' – A homens como a nós pode perdoar-se que deixemos correr as lágrimas,

B' – Desde que não em excesso, e desde que as saibamos estancar.

A' – Importa que, perante o desaparecimento de um amigo, os nossos olhos nem fiquem secos nem inundados.

---

<sup>20</sup> “In approximately 14,000 private letters from Greco-Roman antiquity, the average length about 87 words, ranging in length from about 18 to 209 words. Cicero averaged 295 words per letter, ranging from 22 to 2,530 words, and Seneca 995, ranging from 149 to 4134” (Richards 1991, 213). A propósito da *consolatio*, Julius Victor diz: “[Rem secundam prolixius gratulare, ut illius gaudium extollas:] cum offendas dolentem, pauculis consolare, quod ulcus etiam, cum plena manu tangitur” (as consolações devem ser breves, porque uma ferida fica em chaga quando apertada com mão firme).

Com o primeiro argumento, Sêneca mostra que “as lágrimas em excesso” nada mais são do que um falso sinal de ostentação. A verdade da tese realçada em clímax pela estrutura do proémio é aqui demonstrada pelo recurso a uma dupla *interrogatio*, que simultaneamente encarna a citação e o exemplo, e culmina com a autoridade de uma máxima. A morte de um amigo é de chorar e não de deplorar (63.1) porque “até o maior poeta da Grécia concedeu às lágrimas tão somente o espaço de um dia”, e o mesmo poeta “nos diz que até Níobe não descurou os cuidados com a alimentação” (63.2). “Ninguém prodigaliza manifestações de tristeza quando está sozinho”.

No segundo argumento, Sêneca induz Lucílio a fazer distinção entre a sua dor e a lembrança de Flaco; a acalantar o doce prazer dessa memória, mesmo sabendo que recordar o nome de um amigo se faz sempre acompanhar de um certo aperto de alma, e estranhamente gera algum prazer (63.4)<sup>21</sup>. Trata-se de uma linha complexa de argumentação bem ao jeito da diatribe<sup>22</sup> e na forma da elaboração temática<sup>23</sup>; um diálogo filosófico em que Sêneca imagina Lucílio a interrogar-se, “*quid ergo*”, *inquis*, “*obliuiscar amici*”?<sup>24</sup> e a elaboradamente responder à questão para melhor fundamentar a tese enunciada e mais visibilidade retórica dar ao pensamento filosófico que representa. Estruturado em sete partes (63.3-7), este argumento parece querer mostrar que quanto mais breve é a dor mais longa promete ser a recordação<sup>25</sup>.

O raciocínio com que se expande a conclusão do segundo argumento (63.8)<sup>26</sup> abre caminho a um terceiro não menos elaborado, que por acréscimo mostra não serem as lágrimas em excesso mais do que um sinal tardio de amizade não manifesta em vida. Também aqui é a *Retórica a Herénio* que

---

<sup>21</sup> Como ele próprio afirma na sua *Ep. 99*, *Non est dolor iste, sed morsus; tu illum dolorem facis* (“isto não é dor, mas um mero aperto de alma; és só tu que o transformas em dor”).

<sup>22</sup> Sêneca imagina-se também aqui em diálogo filosófico com Lucílio e passa a responder a uma questão que coloca nos lábios do amigo, com o objectivo de elaborar ou aprofundar o ponto central da sua tese.

<sup>23</sup> A *tractatio*, segundo a *Rhetorica ad Herennium* 4.56-58.

<sup>24</sup> “Como dizes? Então eu hei de esquecer o meu amigo?!” (63.3).

<sup>25</sup> Proposição, razão, confirmação, contrário, exemplo, símile e conclusão.

<sup>26</sup> A estrutura do epíqurema quintileâneo e da *ratiocinatio* ciceroniana (*propositio*, *propositionis approbatio*, *assumptio*, *assumptionis approbatio*, *conclusio*) é muito semelhante: três partes, a primeira; cinco partes (quatro ou três) a segunda, conforme as premissas se fazem ou não acompanhar das respectivas razões.

inspira o modelo de argumentação por ele seguido<sup>27</sup>, como que a lembrar a elaboração temática de uma cria, conforme posteriormente instruída por Téon, Hermógenes e seus sucessores (KENNEDY, 2003)<sup>28</sup>.

Concluindo em clímax esta sequência argumentativa, Sêneca recorre à máxima, ao entimema e ao exemplo para provar duas coisas: primeiro, que “quando deliberadamente não pomos um termo à nossa dor, o tempo o fará por nós”; e segundo, que “coisa alguma se torna aborrecida mais depressa do que a dor”. O exemplo dos antigos e o da sua experiência são argumentos que sustentam as verdades enunciadas e demonstram que “nada há mais inconveniente para um homem avisado do que deixar o cansaço servir de remédio à dor”.

Plenamente inserido na cultura da época, Sêneca soube usar com particular mestria tanto as categorias retóricas que retêm marcas de oralidade<sup>29</sup> como aquelas figuras que a retórica literária consagrou. Para a eficácia dos seus argumentos concorrem figuras de estrutura como o quiasmo, a repetição cíclica de palavras-chave como *dolor*, *lacrima*, *amicus* e *uoluptas*, a antítese, a inclusão e a simetria concêntrica. O discurso encerra (63.16) em quiasmo como começou; simplesmente agora em tom de exortação; uma construção circular que dirige a atenção para o elemento central da estrutura e ajuda a renascer uma réstia de esperança que transforma a ‘tristeza’ da perda na alegria contida de um possível reencontro final<sup>30</sup>.

Sem ser imitador servil das convenções retóricas, Sêneca soube usar criativamente as técnicas de composição inspiradas nessa arte para comunicar com eficácia e rigor a sua mensagem. Socorreu-se da retórica como serva da filosofia, não só para dar expressão à grandeza das ideias em que acreditava,

---

<sup>27</sup> O “argumento mais absoluto e perfeito”, que se encontra iluminado em *Her.* 2:28-30: argumentação primária (tese, razão, confirmação), argumentação secundária (contrário, símile, exemplo de autoridade), e conclusão.

<sup>28</sup> Cf. George A. Kennedy (tr.), *Progymnasmata: Greek Textbooks of Prose Composition and Rhetoric*, Atlanta: Society of Biblical Literature, 2003: Aelius Theon, p. 15-23; Hermogenes, p. 76-77; Aphthonius, p. 97-99; Nicolaus, 139-142.

<sup>29</sup> Categorias como o quiasmo, a inversão, a alternância, a inclusão, a composição circular, o refrão, a simetria concêntrica.

<sup>30</sup> A – Pensemos, caro Lucílio, que *em breve também nós iremos*

B – *para onde foi agora*, para tristeza nossa, esse nosso amigo.

C – Pode ser que os sábios tenham razão e haja um lugar onde todos iremos residir após a morte;

B’ – Se assim for, esse amigo que julgamos ter morrido,

A’ – limitou-se a partir para lá à nossa frente!

mas também para persuadir, convencer e transformar o destinatário da sua carta. E, quem sabe? Porventura, aperfeiçoar-se a si próprio. Pois, como diz: “Sou eu que te escrevo estas palavras, eu, que tão imoderadamente chorei o meu grande amigo Aneu Sereno, eu, que com grande vergonha minha me vejo forçado a incluir-me no número dos que se deixaram vencer pela dor!” (63.14).

Mediante uma simples carta de consolação, o autor cumpriu a aventura filosófica de também reflectir sobre si para se autoexaminar e corrigir. Renunciando ao papel de sábio e mentor da consciência alheia, também ele se confessou enfermo e aprendiz em busca da felicidade e sabedoria que aconselhava<sup>31</sup>. Mas, não estará ele a cumprir este projeto de ação terapêutica mediante o recurso a uma subtil estratégia retórica genialmente conseguida sem dar nas vistas? Lógica, ética e patética retóricas juntamente concorrem para persuadir Lucílio a transformar as lágrimas de tristeza no doce e alentado prazer da memória do amigo, e a dor da perda, na satisfação de valorizar mais a amizade expressa em vida. A lógica de cada um dos argumentos é eticamente sustentada pela crescente empatia manifesta, e é eficazmente demonstrada por toda uma sinestesia de emoções que o estilo gnómico, diatríbico e paradigmático juntamente despertam.

### 3 Paulo: Carta de exortação aos Gálatas

*Gálatas* é seguramente uma das epístolas mais vigorosas e expressivas do apóstolo Paulo. A sua linguagem é vívida, e os argumentos são fortes do princípio ao fim. Considerada por uns uma carta apologética e por outros uma carta de denúncia e exortação, esta epístola combina elementos de retórica forense e deliberativa. Tanto a estrutura como a dinâmica argumentativa da sua mensagem são de cunho vincadamente retórico.

Em sintonia com as recomendações de Demétrio para cartas desta natureza, o estilo é veemente<sup>32</sup> e a relativa brevidade marcada pelo uso da ênfase e da alegoria. Ao contrário do que se verifica noutras epístolas, as frases são penetrantes e breves e a harmonia do conjunto é sustentada por figuras de construção simples como a inclusão, a antítese e o quiasmo. Vemos

---

<sup>31</sup> “É como companheiro de sanatório que eu falo contigo da nossa comum enfermidade e te dou parte dos medicamentos que uso. Escuta, portanto, as minhas palavras como se me estivesses ouvindo a falar com os meus botões; é como se eu te permitisse o acesso aos meus segredos e discutisse comigo mesmo na tua presença...” (27.1). Cf. 68.9.

<sup>32</sup> Demétrio, *Eloc.* 240-304.

neste discurso epistolar como Paulo desenvolve cada tema enunciado no proémio, como os sustenta e expande ao longo do discurso relacionando-os no epílogo em justaposição, e como afinal o conclui de forma tão dramática como o começou.

### Abertura epistolar e proémio (1:1-12)

Depois de saudar os leitores, Paulo costuma elogiá-los e agradecer por eles. Nesta carta, porém, é diferente. Não há referências à oração nem ao louvor nem a qualquer tipo de encorajamento. Pelo contrário, no proémio exprime espanto face à conduta dos Gálatas e lamenta os falsos mestres que os perturbam. Profere também um anátema solene sobre os que entre eles mudaram a face do evangelho. O *pathos* atingido nos versículos 8-9 é elevado, incluindo expressões de juízo, o recurso à hipérbole, a repetição variada das condicionais<sup>33</sup>. Este *êthos* emocional forte é continuado por duas questões retóricas em 1:10 e atinge o seu clímax na *stasis*<sup>34</sup>.

Postulando a origem e razão ética do evangelho que anuncia, Paulo declara o carácter normativo do mesmo em tese duplamente entimemática. A afirmação, “Eu declaro-vos, irmãos, que o evangelho que por mim vos foi pregado não é um evangelho de origem humana”, é confirmada negativa e positivamente nos seguintes termos: “Pois não o recebi nem o aprendi de homem algum, mas recebi-o por uma revelação de Jesus Cristo” (1:11-12).

Assim como afirmou no princípio a origem divina da sua chamada apostólica, também agora sustenta a do evangelho que proclama. E o faz com a narração dos factos: o que aconteceu antes da sua conversão, na sua conversão e depois da sua conversão.

### Narração (1:13-2:21)

A vida de Paulo no judaísmo era a de um defensor fervoroso das tradições dos seus pais e um feroz perseguidor da igreja. Afrontava os cristãos e ousava destruir os fundamentos das suas comunidades<sup>35</sup>. O contraste entre os versículos 13-14 e 15-16 é, entretanto, abismal. Assevera Paulo que foi Deus

---

<sup>33</sup> Conforme Aristóteles sugere em *Re.* 1413b.

<sup>34</sup> Enunciação do ponto fulcral da questão (1:11-12).

<sup>35</sup> Cf. *Actos dos apóstolos* 8:3; 26:10.

quem fez a diferença na sua vida, ao chamá-lo pela sua graça, ao revelar-lhe o seu próprio Filho. Como afirma e sustenta: Deus separou-o para si antes mesmo de ter nascido; chamou-o misericordiosamente no clímax da sua luta espiritual contra Cristo e seus discípulos; revelou-lhe enfim o seu próprio Filho. O Cristo que antes via como impostor, desvendou-se aos seus olhos como o próprio Messias, o Filho de Deus, o Salvador do mundo.

Nem conversão nem apostolado tiveram origem humana, como também a não tiveram a formação que recebera após a conversão e a mensagem que passou a proclamar. É o que mostra a seguir com três álibis (1:16b-24): Não voltou a Jerusalém para se encontrar com os que eram apóstolos antes dele; só passados três anos por ali passou para se avistar com Pedro e nada mais (1:16-19), seguindo duas semanas depois para as regiões da Síria e da Cilícia (20-24); e só passados catorze anos lá voltou para ver confirmadas a autenticidade do seu evangelho e a graça que lhe fora dada a favor dos gentios (2:1-10). O seu fanatismo pré-cristão, a iniciativa divina da sua conversão e a distância face aos líderes da igreja de Jerusalém são por si prova insofismável da origem divina da sua mensagem. Várias figuras retóricas concorrem para dar realce a esta verdade; figuras como o parêntesis, o hipérbato, a ironia, a metonímia e a metáfora.

Qualquer desvio deste evangelho era a seus olhos intolerável. Paulo estava, por isso, determinado a defendê-lo a qualquer custo. Daí a tautologia de 2:16 em quiasmo: obras | fé || nós cremos || fé | obras; seguida, aliás, de uma interrogação retórica em 2:17, a aumentar o grau de tensão emocional que culmina na personificação vívida do próprio pecado<sup>36</sup>. Confirmam-no também a metáfora do edifício em 2:18, a alegoria da morte para a lei e vida para Deus em 2:20. Duas orações em antítese formam uma espécie de quiasmo (“vivo | na carne || na fé | vivo”)<sup>37</sup>, que em clímax patético termina a raciocínio central (2:21): “pois se a justiça é mediante a lei, segue-se que Cristo morreu em vão”<sup>38</sup>. Em conjunto, os versículos 16-21 tomam a forma de um argumento completo bem próximo da elaboração de uma *cria*, em seis partes: tese (16a); razão (16b); contrário (17); analogia: edifício (18); exemplo: eu retórico (19);

---

<sup>36</sup> Cf. Aristóteles, *Retórica* 3.11.3-4; Demétrio, *De elocutione* 81; Quintiliano, *Institutio oratoria*, 8.6.11-12). Na frase ἀμαρτίας διάκονος, o termo ἀμαρτία é personificado. Retratar objectos ou conceitos inanimados como seres animados torna o assunto ainda mais vívido (ἐνέργεια).

<sup>37</sup> Ζῶ ἐν σαρκί, ἐν πίστει ζῶ.

<sup>38</sup> Foi este incidente que aparentemente precipitou o concílio de Jerusalém descrito em Actos 15, e salvou de vez a face do Cristianismo nascente na sua confrontação com os que teimavam em transformá-lo numa seita do próprio Judaísmo.

conclusão (21). É de realçar no versículo 20 a antítese artisticamente construída.

No trânsito da narração para a argumentação, Paulo deixa claro que a justificação pela fé não é mera ficção legal, mas transformação real (2:17-21). E descreve a metamorfose em termos de morte e ressurreição para uma nova vida. Se alguém insiste que a justificação é pelas obras e que pode ganhar a salvação pelo mérito, está simplesmente a anular a graça divina e a tornar inútil a morte de Cristo.

### **Prova (3:1-6:10)**

A prova é complexa. Envolve unidades de persuasão que em crescendo concorrem para sustentar a tese proposta. As duas unidades que a enformam são mediadas por uma digressão sobre a lei e a promessa: confirmação (3:1-4:31) e refutação (5:1-6:10).

Na primeira unidade de argumentação, a experiência espiritual dos gálatas é por si evidência probatória da justificação da fé (3:1-5), como o são também os argumentos de exemplo (3:6-9) e as citações de autoridade (3:10-14) que se seguem. “É o caso de Abraão, que creu em Deus e isso lhe foi creditado como justiça”. Pois, como diz a Escritura, “por meio de ti serão abençoados todos os povos da terra”<sup>39</sup>.

Em digressão didática, Paulo afirma a seguir que a lei é boa mas não pode dar vida (3:15-25). A lei foi adicionada por causa das transgressões até que a promessa fosse cumprida. Assistiu-nos enquanto menores, à semelhança do pedagogo. Mas, quando passámos a ser filhos de pleno direito, deixámos de estar sob a tutela do pedagogo, como filhos da promessa. É o que os quatro argumentos finais desta unidade vão demonstrar; argumentos de memória, analogia, amizade e alegoria.

À metáfora do pedagogo, Paulo acrescenta a do baptismo como revestimento, para lembrar aos gálatas que a sua união com Cristo resultou de se revestirem dele como quem veste uma peça nova de vestuário (3:26-29). Como que a resumir dois mil anos de história, o apóstolo sublinha três factos

---

<sup>39</sup> Mais do que um simples exemplo histórico, esta citação assume o estatuto de profecia como prova necessária, e culmina numa série de outras quatro citações de autoridade. Com base nelas Paulo confirma a bênção prometida a Abraão e a declara cumprida em Jesus Cristo; para dizer afinal que, se todas as nações são abençoadas no patriarca de Israel, então a bênção deve vir pela fé, pois foi pela fé que Abraão recebeu o favor de Deus.

que em larga medida explicam a essência matricial do Cristianismo: Deus fez a Abraão a promessa de abençoar com a sua descendência todas as famílias da terra; Deus deu por Moisés uma lei que, longe de anular a promessa feita a Abraão, ainda a tornou mais urgente e necessária; Deus cumpriu essa promessa em Jesus Cristo para abençoar com ela todos os que confessam o seu nome.

Pois, assim como o herdeiro em nada difere do escravo enquanto é menor, também nós estávamos servilmente sujeitos aos rudimentos do mundo, acrescenta (4:1-11).<sup>40</sup> À condição do homem sob a lei (1-3) opõe-se agora a acção de Deus através de Cristo (4-7). E o resultado só pode ser um: liberdade em Cristo e herança com Deus (8-11). Os versículos 4-5 descrevem muito bem esta intervenção divina em quiasmo: A – Mas quando chegou o tempo devido, Deus enviou o seu **Filho**; B - Nascido de mulher, nascido sob a **lei**; B' - Para resgatar os que estavam debaixo da **lei**; A' - A fim de recebermos a adopção de **filhos**.

Paulo lembra a seguir o estado de enfermidade em que se encontrava quando conheceu os gálatas, e a forma extremamente generosa como o receberam. Enquanto prova de grande amizade (4:12-20), este argumento é um apelo patético recheado de artifícios retóricos como a hipérbole (14), a dupla interrogação retórica (15) e a metáfora dramática (19).

O argumento que encerra esta primeira unidade (4:21-31) representa uma reviravolta na estratégia probatória de Paulo. O apóstolo usa a interpretação alegórica<sup>41</sup> para mostrar por contraste que os judeus se

---

<sup>40</sup> O pensamento de Paulo parece estar aqui a obedecer ao seguinte raciocínio: Há ensinamentos elementares que fazem parte da cultura ou tradição básica dos povos, e uma forma desses ensinamentos elementares é a lei de Moisés. Os judeus estavam sujeitos a uma forma desses ensinamentos elementares ao passo que os gentios estavam sujeitos a outra. Ambos, porém, partilhavam da mesma condição de escravos em sujeição a esses mesmos ensinamentos. E, para um cristão gentílico, submeter-se agora à lei de Moisés seria o mesmo que voltar atrás na sua experiência cristã e ficar de novo sujeito aos rudimentos do mundo que antes haviam deixado. Ora se os próprios judeus foram libertados das doutrinas rudimentares que seguiam durante o período da sua menoridade espiritual depois que se converteram à fé cristã, muito menos os gentios deviam consentir em submeter-se aos ensinamentos que já nem os judeus estavam obrigados a observar.

<sup>41</sup> O uso da interpretação alegórica era vulgar entre os filósofos, nomeadamente os estoicos. É o que Paulo aqui faz ao interpretar a história, não na linha da sua compreensão literal, mas na de chegar a uma conclusão exactamente oposta: que os judeus não são descendentes de Sara mas de Agar; não todos os judeus, é óbvio, mas aqueles que não reconheceram o seu Messias e o não confessaram. Como justifica Paulo esta conclusão? Porventura, por o monte Sinai, lugar onde a Lei foi dada, se situar na Arábia (4:25), e este lugar ser parte do território ocupado pelos nabateus, descendentes de Ismael filho de Agar. O efeito retórico desta interpretação alegórica compara-se ao de uma fábula como a entende Téon de Alexandria, ao defini-la como uma falsa história ou a construção falseada de uma história que retrata uma verdade, e recomendar que ela se use no final de uma cadeia de argumentos.

comportavam como filhos da escrava, ao passo que os da fé é que eram os verdadeiros filhos da promessa<sup>42</sup>. Ele confronta os judaizantes e os refuta no próprio terreno, expondo por esta via a inconsistência da posição deles. E fá-lo em três momentos: o primeiro é histórico, o segundo alegórico e o terceiro pessoal. Nos versículos que traçam o fundo histórico (22-23), Paulo lembra-lhes que Abraão teve dois filhos: Ismael, filho de uma escrava, e Isaac, filho de uma mulher livre. Nos versículos alegóricos (24-27), ele argumenta que estes dois filhos com suas mães representam duas religiões: uma religião de escravidão, que é o judaísmo; e uma religião de liberdade, que é o cristianismo. Nos versículos pessoais (28-31), ele faz a aplicação da alegoria: se somos verdadeiramente cristãos, não somos escravos como Ismael, mas livres como Isaac. A interpretação alegórica conduz o apóstolo a uma conclusão oposta à da interpretação literal, tornando os judaizantes descendentes de Agar e não de Sara, pelo seu apego escravizante à letra da lei (ANDERSON,1996, p. 151-161).

No primeiro parágrafo da segunda unidade de prova (5:1-12), Paulo evidencia os riscos que os gálatas corriam, denunciando a postura insinuante dos judaizantes que entre eles se infiltravam. E fá-lo em tom de apelo a uma clara tomada de posição. Ou os gálatas permaneceriam em Cristo aceitando de vez o dom de liberdade na fé que actua pelo amor, ou se sujeitariam à servidão da lei, em claro repúdio dos dons escatológicos do Espírito. Neste seu emotivo argumento contra a aceitação da lei judaica, o apóstolo socorre-se de figuras retóricas tão variadas como a antítese, a ênfase, a interrogação retórica, o quiasmo, o clímax e o provérbio, conforme o recomendam os cânones de estilo epistolar<sup>43</sup>.

No mesmo tom de exortação (5:13-6:10), o apóstolo apela de novo à liberdade que se opõe à vida libertina do não crente em quatro planos: no culto da liberdade responsável (5:13-15); no exercício das virtudes cristãs (15:16-25); no exercício da humildade (5:26-6:5); e na prática diligente do bem (6:6-10). Em cada uma destas unidades impera a argumentação parenética e protréptica fundadas umas vezes no silogismo retórico, e outras na simples máxima. Numa palavra, estar em Cristo é ser livre do jugo da lei, não para

---

<sup>42</sup> Trata-se do tipo de argumento usado nas escolas rabínicas dos judeus a que poderíamos chamar argumento *ad hominem*.

<sup>43</sup> Demétrio, *Eloc.* 223-229; Quintiliano, *Inst.* 9.4.19.

ceder aos impulsos da carne, mas para servir o próximo em amor, na cultura atenta de uma liberdade responsável e solidária.

### Epílogo e conclusão epistolar (6:11-18)

A concluir o argumento na defesa do evangelho, Paulo sublinha os temas que este encarna. Recapitulando o contraste entre si e os judaizantes, e o dos sistemas religiosos que ambos representam, coloca a seguir duas questões sobre a essência da fé cristã. O cristianismo não é uma religião de cerimônias externas, mas sim algo interior e do coração. Tem basicamente a ver com a obra de Deus no crente e com os frutos que daí emanam. Numa palavra, a característica mais autêntica do evangelho é “a graça de nosso Senhor Jesus Cristo” (6:18).

Do princípio ao fim, esta carta segue a rigor os cânones da retórica, sobretudo os do gênero forense e deliberativo. Paulo começa por mostrar que o seu evangelho se apresenta investido de autoridade sobrenatural, que a justificação é uma graça divina mediante a fé, e que o problema a resolver é o da escolha entre a justificação pela fé e as obras da lei. Com o testemunho da sua experiência pessoal sobre a autenticidade do evangelho que confessa e proclama e a densa argumentação que a sustenta, fica clara a prova de que o evangelho da justificação pela fé é o verdadeiro evangelho. Fortes e incisivos são também os apelos de retorno à sua fé primeira com base no exemplo, na autoridade da Escritura e na autoridade que ele próprio recebera do Senhor. No seu epílogo, o *pathos* torna-se ainda mais intenso, como que a cumprir na perfeição cada passo do que a retórica clássica recomenda.

### Considerações finais

Comparativamente, estes três tratados são evidência clara da presença retórica na literatura epistolar da antiguidade, sobretudo em cartas de cariz pedagógico e literário. Eles são igualmente exemplo do que de melhor se produziu nesta arte em tempos, problemáticas situações e contextos bem distintos. Ilustram também a abrangência da aplicação retórica no mundo antigo, dando manifesta razão a Aristóteles quando, com singular saber, afirma “que a retórica não pertence a nenhum gênero particular e definido”, mas está ao serviço de todos os saberes (1355b). Flexível e multifacetada como se apresenta, a retórica antiga foi mais do que uma arte. Foi, no

entender de Isócrates, Cícero e Quintiliano, uma ciência geral da produção de discursos e textos ao serviço de todas as causas, incluindo a literatura epistolar.

## Referências

ANDERSON, R. Dean. **Ancient Rhetorical Theory and Paul**. Kampen, The Netherlands: Kok Pharos Publishing House, 1996.

BETZ, H. D. **Galatians**. Philadelphia: Fortress Press, 1979.

BETZ, H. D. The Literary Composition and Function of Paul's Letter to the Galatians. **New Testament Studies**, v. 21, p. 353-379, 1974-75.

DEISSMANN, A. **Light from Ancient East**. Grand Rapids, MI: Baker, 1978.

DOTTY, William G. **Letters in Primitive Christianity**. Philadelphia: Fortress, 1978.

\_\_\_\_\_. The Classification of Epistolary Literature. **Catholic Biblical Quarterly**, v. 31, p. 183-199, 1969.

GÖRGEMMANS, Herwig. Epistle. Vol. 4. In: **Brill's Encyclopaedia of the Ancient World: New Pauly, Antiquity**, de Hubert Cancik and Helmuth Schneider, 1141. Leiden: Brill, 2004.

GOLDSTEIN, J. A. **The Letters of Demosthenes**. New York: Columbia University Press, 1968.

GUILLEN, C. On the Edge of Literariness: The Writing of Letters. **Comparative Literature Studies**, v. 31, n. 1, p. 1-23, 1994.

HANSEN, G. W. **Abraham in Galatians: Epistolary and Rhetorical Contexts**. Sheffield: Sheffield Academic Press, 1989.

HARDING, Mark. **Tradition and Rhetoric in the Pastoral Epistles**. New York, Bern, Paris: Peter Lang, 1998.

KENNEDY, George A. (tr.). **Progymnasmata: Greek Textbooks of Prose Composition and Rhetoric**. Traduzido por George A. Kennedy. Atlanta, GA: Society of Biblical Literature, 2003.

KENNEDY, George A. **New Testament Interpretation Through Rhetorical Criticism**. Chapel Hill, NC: University of North Carolina Press, 1984.

KOSKENNIEMI, Heikki. **Studien zur Idee und Phraseologie des griechischen Briefes bis 400 n. Chr.**, Helsinki/Wiesbaden: Suomalainen Tiedakatamie/Otto Harrassowitz, 1956.

MALHERBE, Abraham J. **Moral Exhortation: A Greco-Roman Source-book**. Philadelphia: Westminster, 1986.

PETER, H. **Der Brief in der römischen Literatur: Literargeschichtliche Untersuchungen und Zusammenfassung**. Leipzig: Teubner, 1901.

REED, Jeffrey T. The Epistle. In: **Handbook of Classical Rhetoric in the Hellenistic Period 300 B.C - A.D. 400**, de Brill, 171-193. Leiden/New York/Köln: Brill, 1997.

RICHARDS, Randolph E. **The Secretary in the Letters of Paul**. Tübingen: Mohr, 1991.

STIREWALT, M. L. **Studies in Ancient Greek Epistolography**. Atlanta: Scholars Press, 1993.

STOWERS, Stanley K. **Letter Writing in Antiquity**. Philadelphia: Westminster, 1986.

THRAEDE, Klaus. **Grunzüge griechisch-römischer Brieftopik**. München: Beck, 1970.

VETSCHERA, R. **Zur Griechischen Paränese**. Smichow: Rohlisek & Sievers, 1912.

WEICHERT, Valentinus (ed.). **Typoi epistolikoi und Epistolimaioi characters**. Leipzig: Teubner, 1910.

WHITE, John L. Light from Ancient Greek Letters. In: **De Greco-Roman Literature in the New Testament**. Atlanta: Fortress Press, 1988.

\_\_\_\_\_. Saint Paul and the Apostolic Letter Tradition. **Catholic Biblical Quarterly**, v. 45, n. 3, p. 434-435, jul. 1983.